

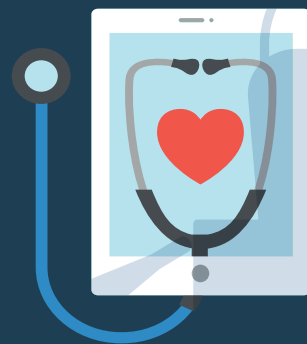
América economia

BRASIL nº 485

www.brasilamericaeconomia.com.br

SAÚDE

Novas ferramentas
trazem mudanças
para médicos
e pacientes



Innsbruck
editora



UM PROJETO PARA O BRASIL

EX-MINISTRO DA AGRICULTURA **ROBERTO RODRIGUES** COORDENA GRUPO DE
TÉCNICOS QUE PREPARA UM PLANO PARA TRANSFORMAR O PAÍS NO GRANDE
PROVEDOR DA SEGURANÇA ALIMENTAR DO PLANETA EM 2030



Como vai a nossa competitividade?

A resposta pode não ser satisfatória: um estudo da CNI coloca o Brasil em penúltimo lugar num ranking de 18 países, à frente apenas da Argentina. Para o empresariado, o principal fator a comprometer a performance das companhias são os tributos

Por Felix Ventura, de São Paulo

A competitividade das empresas, de modo geral, está atrelada a uma série de fatores e depende tanto da ação das corporações como do ambiente de negócios, da infraestrutura e das políticas do governo. Dessa forma, o aumento da produtividade pode não se traduzir exatamente pela capacidade de concorrer em boas condições. De acordo com dados do relatório *Competitividade Brasil 2017-2018 – Comparação com países selecionados*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil continua em penúltimo lugar (17º) num ranking de 18 países, à frente apenas da Argentina. O Chile é o melhor posicionado entre as nações latino-americanas, no sexto lugar. A liderança do ranking geral é ocupada pelo Canadá, seguido por Coreia do Sul e Austrália.

Entre nove fatores analisados, o Brasil apresenta melhor desempenho em Disponibilidade e custo de mão de obra (4º) e em Educação (10º). No comparativo com a edição anterior do estudo, o país ganhou posições no fator Disponibilidade e custo de mão de obra, avançando sete posições

(da 11ª para a 4ª posição), o que reflete a recuperação da produtividade do trabalho na indústria e o crescimento da força de trabalho.

A melhora registrada pela produtividade do trabalho é contrabalançada pela perda de competitividade em outros fatores, o que impediu o avanço do país no ranking geral. No fator Tecnologia e inovação, a redução do apoio governamental à inovação resultou em perda de posições (da 11ª em 16 países para a 13ª em 17). Apesar disso, o Brasil continua com a melhor colocação entre os países da América Latina, à frente de México, Argentina, Colômbia e Chile. Em outros três itens (Infraestrutura e logística, Ambiente Macroeconômico e Ambiente de negócios), o país ocupa as últimas posições do ranking.

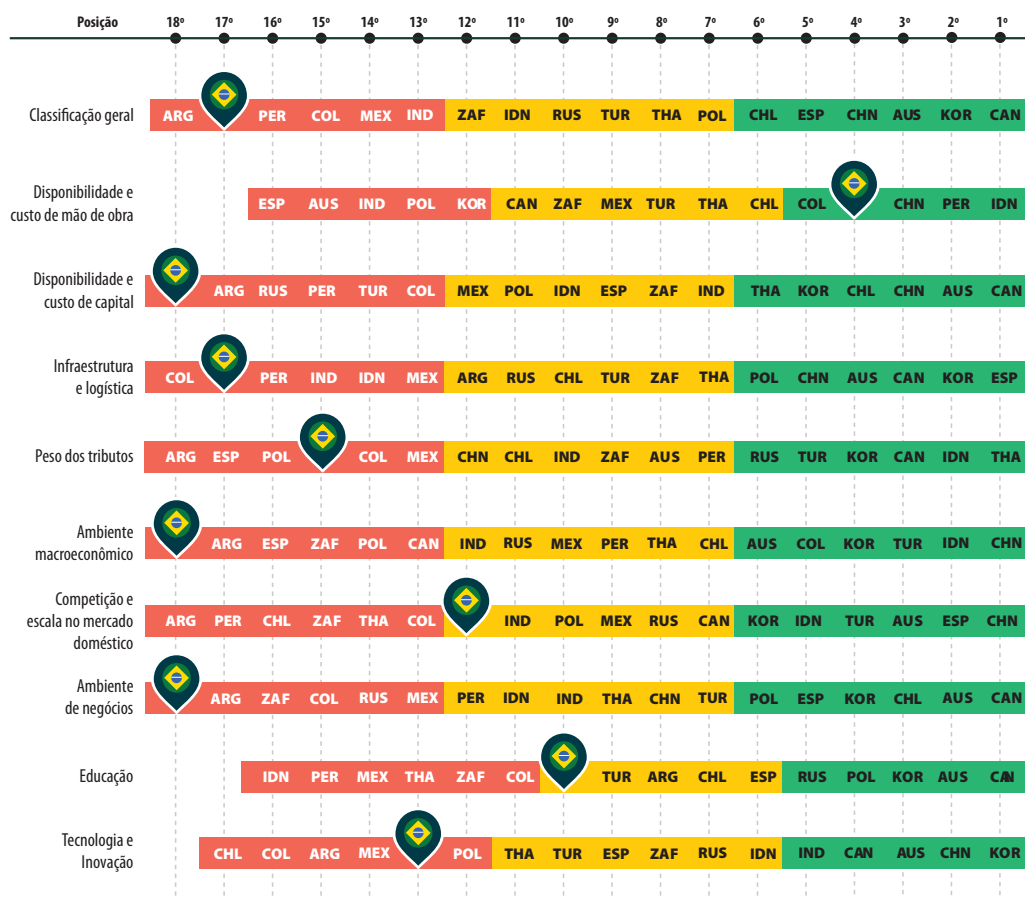
Para o quesito Peso dos tributos, o Brasil está na 15ª posição, à frente de Polônia, Espanha e Argentina. “A carga tributária praticada nacionalmente e o esforço que as empresas fazem para cumprir suas obrigações relativas ao pagamento de tributos afetam fortemente a

competitividade dos nossos produtos”, analisa Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica da CNI. De acordo com a percepção das empresas consultadas por meio de levantamentos realizados desde o fim dos anos 1990, o peso da carga tributária tem sido apontado como o principal elemento a afetar o seu desempenho.

Reforma necessária

Para Castelo Branco, a adoção de uma reforma tributária que implante um sistema simplificado é essencial para a contenção de autuações pelos fiscais federal e estaduais nas empresas devido à constante alteração das normas, o que faz com que elas acabem por cometer equívocos e aumentar seus custos. “Atualmente, temos a incidência de seis ou

Posição competitiva dos 18 países selecionados



■ O país está no terço de países com posição mais favorável (posições de 1 a 6)	ARG: Argentina	ESP: Espanha	POL: Polônia
■ O país está no terço intermediário (posições de 7 a 12)	AUS: Austrália	IDN: Indonésia	RUS: Rússia
■ O país está no terço inferior (posições de 13 a 18)	CAN: Canadá	IND: Índia	THA: Tailândia
	CHL: Chile	KOR: Coreia do Sul	TUR: Turquia
	CHN: China	MEX: México	ZAF: África do Sul
	COL: Colômbia	PER: Peru	: Brasil

Nota: O ranking geral foi construído com base na média simples entre os valores de cada país nos nove fatores de competitividade. Fonte: CNI

País avança em alguns itens, mas recua em outros, e por isso não **evolui** no cômputo geral

Déficit fiscal pressiona a dívida pública e as taxas de juros

Lacerda, da PUCSP: Brasil não tem plano de desenvolvimento de competitividade

sete tipos de tributos sobre os produtos produzidos no país. A cada nova mudança de regras na tributação, as companhias têm que fazer alterações em seus sistemas operacionais para acompanhar os novos padrões. Algumas delas fazem isso por si, mas grande parte tem que comprar novos *softwares* de empresas de tecnologia ou contratar escritórios contábeis, agregando mais esse custo de conformidade tributária”, explica.

Na visão do gerente-executivo da CNI, o sistema tributário brasileiro possui a característica de cumulatividade, quando o ideal seria que o mecanismo de débito e crédito vigente não transferisse o custo tributário para os produtos exportados. “A ideia é que não se exportasse o imposto para o comprador estrangeiro, mas isso acaba acontecendo. Acredito que países como Chile, Peru e Colômbia possuam sistemas tributários mais leves em relação ao brasileiro”, diz.

Para o professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) Antonio Corrêa de Lacerda, aproveitando as boas experiências internacionais, os países europeus e o Canadá podem ser uma boa inspiração no que tange



Castelo Branco, da CNI: carga tributária incide nas exportações



FOTOS: DIVULGAÇÃO

aos sistemas tributários mais desburocratizados. “O ideal é não tributar exportação e investimento produtivo, e, tributar mais as elevadas rendas. Considero grave o fato do Brasil não ter nenhum plano de desenvolvimento de competitividade, isto é, política industrial, comercial e de ciência e tecnologia”, exprime.

As oscilações cambiais são prejudiciais tanto para o mercado interno quanto para a captação de novos investimentos internacionais, dada a ausência de previsibilidade, considera Castelo Branco. “Uma situação cambial com o mínimo de oscilações seria o que se pode considerar o mais adequado”, defende. Do ponto de vista macroeconômico, o gerente-executivo da CNI alerta para os graves problemas fiscais brasileiros – entre eles, um déficit fiscal anual de aproximadamente US\$ 150 bilhões desde 2014 e que pressiona a dívida pública e as taxas de juros, diminuindo o volume de investimentos na economia e provocando a redução do crescimento. “É absolutamente necessário equacionar o problema fiscal. Precisamos ter a inflação reduzida e um ambiente fiscal saudável que transmita segurança para os agentes econômicos e, principalmente, que não exacerbe a dívida do setor público”.

Base da pirâmide

Para Ronaldo Corrêa Martins, advogado e CEO da Ronaldo Martins & Advogados, os sistemas dirigidos de tributação podem representar maior benefício na geração de empregos e investimentos. “Pode ser mais adequado substituir a ideia de simplificação do modelo tributário pelo seu direcionamento, a exemplo do Paraguai e de outros países onde a tributação é baixa e não é modelada para custear o Estado, e sim para respaldar o crescimento econômico do Estado”, pondera.

Martins vê o sistema tributário brasileiro como punitivo e regressivo por não trazer o retorno devi-

do e por onerar principalmente a base da pirâmide social, sem verificar a renda, mas sim o consumo. A tributação causa impactos não apenas no preço final dos produtos ao consumidor, mas também na política de Estado, diz, ressaltando o fato de o país não ter um grande formulador de políticas econômicas que considere o fator tributário.

“Infelizmente, a Constituição de 1988 engessou essa situação de tal forma que nem a União, nem o estado ou os municípios podem ter uma política. Nenhum deles tem autonomia plena e portanto não consegue formular políticas econômicas que possam ser aproveitadas em contexto geral”, afirma.

Complexidade

De acordo com o advogado, as bases da tributação de países vizinhos, como Argentina, Paraguai e Uruguai, cuja complexidade é menor do que a brasileira, obedecem a uma lógica mais dirigida por elementos que se referem a um maior nível de consciência e de luta da população naqueles países, que impõe ao Estado as suas demandas. “O Brasil está atualmente numa condição de letargia e à espera de que algo aconteça. E digo: não vai acontecer. Nosso país pode ser considerado o mais complexo na questão de tributos na América Latina, mas os outros, por serem menos complicados, mostram uma maior efetividade no funcionamento de suas estruturas”, compara.

Martins considera que as flutuações do dólar no Brasil afetam mais o mercado interno, visto que o investidor estrangeiro precifica o seu investimento pelas taxas de retorno que se dão a médio e longo prazo, havendo uma diluição dessas variações. Já para o âmbito financeiro nacional, essas oscilações provocam um descompasso entre a renda do consumidor e o custo dos produtos.

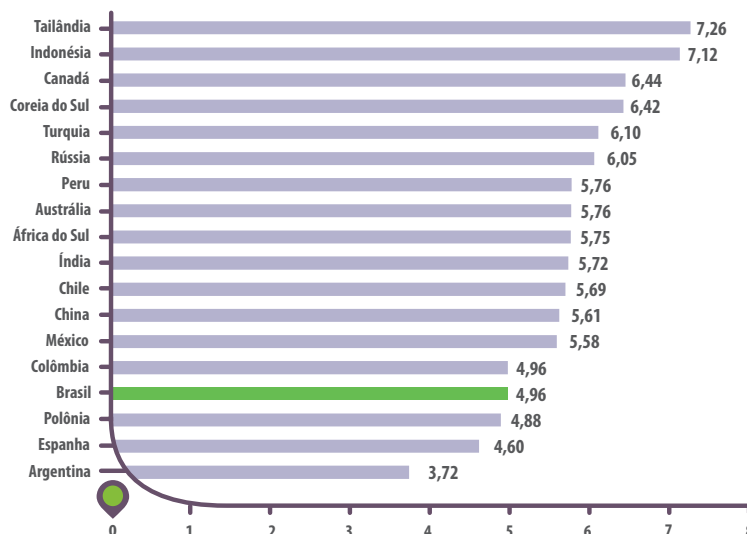
O desabastecimento provocado pela recente paralisação dos caminhoneiros demonstra, para Martins, o entrave do modelo brasileiro baseado no transporte rodoviário. Ao cenário de crise política e econômica soma-se o aumento sistemático de tributos – nesse caso, especialmente nos combustíveis – com implicações em toda a



Corrêa Martins: modelo brasileiro foca no consumo, não na renda

cadeia produtiva, as quais podem ser agravadas ainda pelo tabelamento do frete, uma das reivindicações do movimento. “Houve época em que o governo jogou no mercado uma política de incentivo à compra de caminhões a juros muito baixos, e assim foi feito. Hoje, os caminhoneiros não têm fretes. A conta não fechou”, diz, apontando que o maior problema pode não estar relacionado ao preço dos combustíveis, e sim à ausência de fretes. **Ag**

Fator peso dos tributos



Fonte: CNI
Nota: Escores médios (0= pior desempenho; 10= melhor desempenho).